

ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

EDITAL

45/2014

Eu, Anabela Cristina de Almeida Respeita, Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, faço público que na Sessão Ordinária, referente ao mês de Novembro de 2014, realizada dia 26/11/2014, a Assembleia de Freguesia aprovou:

MOÇÃO

OE 2015 – A continuidade da austeridade

Foi ontem aprovado, na generalidade, o Orçamento do estado para 2015, apenas com os votos favoráveis dos partidos do Governo, excetuando os 4 votos contra dos deputados do PSD Madeira e a abstenção de um deputado do CDS/Madeira. Esta situação vem demonstrar que mesmo dentro dos partidos que sustentam o Governo existem vozes discordantes da proposta de Orçamento do Estado apresentada por este executivo que já não o deveria ser. Toda a oposição votou contra como era espetável.

São várias as razões que levam ao repúdio por este OE que vem na sequência de vários escândalos:

- da Justiça com o desastroso mapa judiciário, com dois meses de paralisia dos tribunais judiciais com consequências ainda não aferidas na sua totalidade;
- da Educação com alunos sem aulas passados dois meses do seu início, além da forma altamente lesiva para os professores da forma como foram tratadas as suas colocações;
- da Segurança Social que, além de ter vindo a ser desmembrada e esvaziada, se depara agora como envio de setecentos trabalhadores para a requalificação/desemprego;
- da ocultação do desemprego de várias formas, envio de desempregados para programas de formação de utilidade duvidosa ou enviando-os ao abrigo dos chamados contratos de emprego/inserção a ocupar postos de trabalho permanentes com salários de miséria e sem direitos;
- das Finanças por exemplo na desastrosa gestão do problema BES e a criação do banco de transição;
- da Economia, com a privatização da TAP, ou vendendo interesses nacionais da PT ao capital estrangeiro;
- dos vistos “GOLD” que motivou processos crime envolvendo titulares de altos cargos públicos, facilitando a ocorrência de casos de corrupção de branqueamento de capitais de proveniência duvidosa ou mesmo ilícita.

E muito mais longa poderia ser esta lista. E tudo porque “seriam exigências da troika”. Mas a troika foi embora, (ou não terá ido?) e aquele “momento de viragem” tão apregoado; a “luz ao fundo do túnel” etc, resultaram afinal em mais de um milhão e meio de desempregados, milhares de famílias empurradas para a emigração, na fome para muitas casas portuguesas, na destruição da nossa produção e que, afinal, levaram ao aumento da dívida para números insustentáveis

E este OE para 2015 (sem troika!) prolonga a austeridade e mantém os sacrifícios impostos aos portugueses, que passaram de provisórios a mais provisórios.

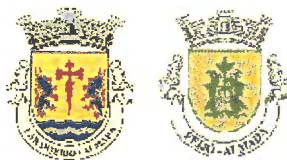
“Inventam” um novo imposto verde que, fatalmente, irá recair sobre os mesmos: os mais desfavorecidos e a classe média em mais uma clara injustiça fiscal. Acentuam essa injustiça ao voltar a baixar os impostos das grandes empresas diminuindo mais uma vez o peso do IRC na coleta dos impostos – prevê-se que as famílias irão pagar mais 2 mil milhões de euros de imposto enquanto as grandes empresas irão ver esse valor baixar cerca de 800 milhões de euros.

Este OE prevê uma substancial diminuição da transferência para o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social, que irá provocar uma quebra na generalidade das prestações sociais. Prevê também o despedimento de mais de 12 mil trabalhadores da Administração Pública

Este OE configura novos e assustadores cortes nas políticas sociais, desde a Educação à Justiça ou à Segurança Social. No fundo é mais um ataque feroz às funções sociais do Estado.

Este OE mantém em vigor todas as medidas e efeitos de natureza transitória.

Mantém-se os cortes nos salários e nas pensões; continuam os cortes nos apoios sociais; continua a famigerada sobretaxa do IRS; continua a absurda taxa do IVA de 23% na restauração, no gás, na eletricidade e outros bens essenciais; acaba a cláusula de salvaguarda do IMI e assim por diante.



ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

Mais uma vez se irá violar a Lei das Finanças Locais (LFL). Os municípios da área metropolitana de Lisboa veem o Fundo de Estruturação Financeira ser reduzido em 15 milhões. Almada vê serem retirados diretamente quase 1,7 milhões de euros e do Fundo de Apoio Municipal 625 mil euros, retém 786 mil euros do Fundo de Apoio Municipal num total de cerca de 3 milhões e cem mil euros. Pelo segundo ano consecutivo se insiste no incumprimento da Lei no que diz respeito às verbas para as Assembleias Municipais e para as Comunidades Intermunicipais. O Fundo de Financiamento das Freguesias também não terá as verbas conforme determina a LFL.

Isto vai obviamente prejudicar o trabalho das autarquias, limitando a sua capacidade de intervenção junto das populações.

Face ao atrás exposto, a Assembleia de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, reunida no dia 26 de Novembro de 2014 delibera:

1. Repudiar este OE que é mais uma afronta ao povo e que põe em causa, mais uma vez, o estado social consagrado na CRP;
2. Protestar contra a destruição do emprego público e dos serviços públicos;
3. Protestar contra a cada vez maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, solidarizando-se com a sua luta
4. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República que a faça cumprir;
5. Exigir que o Estado cumpra as suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia social e às carências da população.

Feijó, 26 de Novembro de 2014

A Assembleia de Freguesia de Laranjeiro e Feijó

Caso seja aprovada, esta moção deverá ser enviada aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE, bem como divulgada junto da população.

E POR SER VERDADE SE PASSOU O PRESENTE EDITAL, QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DE ESTILO DESTAS FREGUESIAS.

Feijó, 28 de Novembro de 2014

A Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó

Anabela Cristina de Almeida Respeita

